

REPRESENTAÇÕES OUVINTES SOBRE OS TRADUTORES INTÉRPRETES DA LÍNGUA DE SINAIS – TILS

Cristiane Lima Terra¹ – Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Juliana Sanches dos Santos² – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo

O presente trabalho, com o enfoque na formação de Intérpretes da Língua de Sinais, tem por objetivo apresentar quais são as representações que os ouvintes fazem sobre os TILS³ a partir da convivência com eles nas salas de aulas inclusivas. Foram entrevistados ouvintes em salas de aulas onde há a presença de TILS com formação, bem como salas de aulas onde há pessoas atuando como interpretes sem terem passado por um processo de formação profissional, que aqui chamaremos de *intérpretes empíricos*. Através da comparação dos discursos dos participantes desta pesquisa, analisamos a importância dos cursos de formação de intérpretes para que seja condizente com seu papel ético na intermediação da comunicação dos surdos em ambientes educacionais.

Introdução

Atualmente as comunidades surdas brasileiras em diversas regiões do país vêm lutando em favor da sua cultura e da sua língua nativa, a LIBRAS; assim conquistaram espaços sociais e garantiram a acessibilidade a esses através da sua língua em diferentes âmbitos da sociedade, principalmente nos espaços educacionais. Estas conquistas motivaram também a oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em 2002, como língua oficial do País; tal fato fez os surdos terem maior acesso à educação através da sua língua nativa - a Língua de Sinais, de acordo com o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e prevê também a presença de TILS nos ambientes educacionais onde há surdos.

Assim, com o crescimento das políticas de inclusão, hoje se vê alunos surdos freqüentando diferentes níveis de escolarização e para garantir a possibilidade de manter o surdo incluído, devido sua especificidade lingüística, a presença do TILS é cada vez mais notada. Embora esta seja uma profissão cuja regulamentação ainda está em trâmite, sua inserção já ocorre em todo o país nos ambientes educacionais, sendo

¹ Intérprete da Libras certificada pelo Prolibras (UFPEL e Anhanguera) e Mestranda em Educação Ambiental (FURG).

² Intérprete da Libras certificada pelo Prolibras (UFPEL), Graduada em Pedagogia e Graduanda no curso de Letras Libras.

³ Tradutor Intérprete da Língua de Sinais

necessária uma padronização da sua atuação. Precisamos cada vez mais um profissional TILS ético e ciente do seu papel, não só como intermediário da comunicação, mas também como um profissional que colabora para o progresso dos surdos na sociedade, caso desempenhe seu papel de maneira adequada.

Para regularizar a qualificação deste profissional, o MEC criou em 2006 o Exame Nacional para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação da Libras/Português/Libras, denominado Prolibras. Para realizar esta prova é necessário ser fluente em Língua de Sinais, sem comprovar a conclusão de um curso de formação de TILS. Desta forma pessoas que aprendem a Língua de Sinais no contato com os Surdos estão recebendo a certificação do Prolibras e atuando em espaços educacionais, sem ter o mínimo de conhecimento do código de ética do profissional. Isto acarreta em danos que não podemos calcular ainda. Entendemos que o objetivo do Prolibras é garantir o mínimo de fluência dos TILS, mas acreditamos que não é possível avaliar profundamente sua capacidade tradutória e, mais ainda, todas as competências profissionais necessárias, entre elas a ética e o conhecimento teórico sobre questões da surdez, para que também sirva de intermediador e divulgador da cultura.

A precariedade de domínio da língua de sinais de muitos intérpretes tem várias conseqüências infelizes: descrédito nos serviços de interpretação; construção de uma imagem não-profissional dos intérpretes; desvalorização da própria língua de sinais e descontinuidade no desenvolvimento da competência tradutória.(PEREIRA; FRONZA, 2007, p. 1)

No entanto mesmo com esta certificação do Prolibras, existem instituições que a desconhecem e ao selecionar um profissional, não consideram esta certificação, o que agrava mais ainda a situação ao inserir um profissional despreparado em sala de aula.

Quanto mais se reflete sobre a presença dos intérpretes de Língua de Sinais, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade. (PERLIN, 2006, p. 137)

Percebe-se que o que está em jogo aqui não são apenas as representações, mas o cuidado que se deve ter ao inserir um profissional em uma sala de aula, pois ele se torna multiplicador de uma cultura que não é sua, mas que deve estar muito apto a informar.

Desta forma consideramos importante discutirmos através de representações de ouvintes que convivem com TILS, a importância dos cursos de formação de intérpretes para que sua atuação seja condizente com seu papel ético na intermediação da comunicação dos surdos em ambientes educacionais.

A pesquisa

A fim de alcançarmos as representações que os ouvintes têm sobre os TILS, o método utilizado foi qualitativo, constando em entrevistas semi-estruturadas em cinco salas de aulas inclusivas. Dentre estas salas de aula, duas contam com a presença do intérprete empírico, que não possui o Prolibras e três outras salas têm o TILS, ou seja, o profissional que já possui formação adequada, além da certificação do Prolibras. Em cada sala entrevistamos dois alunos e uma professora. Na sala do TILS eles também foram entrevistados para que possamos confrontar as representações dos ouvintes com o que estes profissionais colocaram sobre sua formação.

A contratação de intérpretes empíricos vem acontecendo em diversas instituições ao longo do nosso país. Em virtude disso, precisamos pensar sobre qual a representação dos TILS que estes intérpretes empíricos estão transmitindo à sociedade em geral. Através desta pesquisa, mostraremos um pouco desta visão, traçando um paralelo das representações ouvintes de professores e de colegas dos alunos surdos - sobre os intérpretes com e sem formação. A seguir, analisamos algumas dessas representações, tomando como unidades de análise o que dizem os informantes sobre os intérpretes empíricos, sobre os TILS com formação, como também o que dizem os TILS sobre sua formação.

Intérpretes Empíricos

Os professores que foram entrevistados relatam que não possuem conhecimento sobre os surdos e a surdez. A *Professora A* relata que fez um curso de Educação Especial de 400h e trabalhou na APAE, contando isso como experiência com a surdez. A *Professora B* só tem a experiência da convivência com surdos e intérpretes na escola.

A *Professora A* conviveu durante algum tempo com TILS que possuem formação. Ao se deparar com o intérprete empírico, relatou que percebeu nitidamente a diferença que há entre este e os outros TILS. Ela relata:

A intérprete se envolve pessoalmente com os alunos durante a aula, conversando paralelamente sobre outros assuntos enquanto estou ensinando,

mantêm um diálogo com eles e quando pergunto do que se trata, ela diz que é outro assunto. (Excerto Entrevista Professora A)

A *Professora B* que apenas tem contato com a intérprete empírica relatou algumas das atividades que ela desempenha: “Ela me auxilia em aula, conhece um pouco do histórico do aluno e pode me ajudar relatando o seu desempenho nas atividades.” (Excerto Entrevista Professora B) Ao observar o relato da professora, temos a impressão de que ela está falando de um monitor e não de um intérprete.

Dentre as funções que a *Professora B* relata como não sendo do intérprete, está o de não facilitar as respostas de trabalhos, apenas tirando dúvidas quanto ao vocabulário. Este relato sobre as respostas de trabalho surgiu a partir da dúvida da professora sobre até onde a intérprete de fato só está intermediando a comunicação ou facilitando as respostas.

Os colegas desta sala de aula não conhecem claramente o papel do intérprete. Mas na maioria das suas falas aparecem palavras como ‘auxiliar’, ‘apoiar’, ‘explicar’, ‘transmitir’, como se o papel do intérprete fosse o de ensinar ou transmitir o conhecimento, como percebemos em uma das respostas: “A responsabilidade dele é ser transmissor do conhecimento. Seu papel é ser a boca e os ouvidos dos surdos, auxiliando eles a se incluir mais no mundo dos ouvintes, claro com a ajuda da Libras.” (Excerto Entrevista Colega A)

TILS com formação

Para esta categoria ocorreram entrevistas em duas salas sendo uma de Ensino Médio, como nas Intérpretes Empíricas e outra de Ensino Superior

A *Professora C* já trabalha a algum tempo em salas de aula inclusivas com a presença do TILS. Relata que seu conhecimento sobre os surdos e a surdez é baseado apenas no que discute durante reuniões na escola e conversas com os colegas professores e intérpretes. De forma sucinta faz algumas descrições do que conhece, como por exemplo: o surdo tem uma língua diferente, algumas palavras não têm sinais, há uma língua internacional e maneiras diferentes de como a surdez pode acontecer.

A *Professora D* vive agora, após 36 anos de docência, a primeira experiência com um aluno surdo e menciona que todo o conhecimento que adquiriu até então, não a preparou para receber este aluno em sua sala de aula. A *Professora E* já trabalha há 10 anos com alunos surdos e possui vasto conhecimento e experiência na área.

Ao serem questionadas sobre as responsabilidades e papéis dos TILS, as professoras responderam o seguinte:

Traduzir apenas o que é dito pelo professor e pelo aluno surdo. (Excerto Entrevista Professora C)

O intérprete tem um trabalho de extrema responsabilidade. Não basta ele repetir o que ouve durante uma aula. Ele deve assimilar o espírito da proposta do docente, deve, inclusive, fazer leituras prévias acerca do conteúdo que será desenvolvido na aula em que estará acompanhando o deficiente. Se ele não tiver um domínio mínimo da matéria trabalhada, é possível que tenha muita dificuldade para traduzir, produtivamente, o que ouvir para o aluno surdo, o que, com certeza, acarretará prejuízos para esse aluno. Afora isso, além da formação específica, é preciso que um intérprete de Libras tenha ética profissional, seja imparcial e fiel ao que interpreta. O papel do intérprete na causa da inclusão social dos deficientes é, na sociedade de hoje, fundamental. É impossível para um surdo exercer sua cidadania, inserido na vida cultural, educacional, social e política de seu país, sem o auxílio do intérprete. (Excerto Entrevista Professora D)

O papel do intérprete na sala de aula é ser a voz do professor e do aluno através de sinais. O intérprete é o instrumento do professor na sala de aula, assim como o giz. (Excerto Entrevista Professora E)

Ao pedir esclarecimentos sobre a metáfora empregada para o TILS, a *Professora E* explica

Não quero ofender ou reduzir o papel do TILS, mas que assim como o giz, o intérprete não pode ensinar sem que o professor o faça. O giz sozinho, não é nada, assim como o intérprete sem o professor e o surdo, não tem voz. O TILS é uma ferramenta da educação, que não emite opiniões nem ensina, apenas facilita e intermedia a comunicação. (Excerto Entrevista Professora E)

Conversando com os alunos destas turmas, obtemos relatos bem semelhantes aos dos professores. Dentre os seis alunos entrevistados apenas um já tinha experiência com colega surdo e TILS na sala de aula. Ao serem perguntados sobre o que sabem a respeito dos surdos e da surdez, apenas dois relataram que sabem algo, sendo que um menciona que a turma está aprendendo Libras para melhor se comunicar com os colegas e o outro diz que os surdos não conhecem muitas palavras e possuem mais dificuldades para aprender.

Ao perguntar sobre as responsabilidades e papéis do TILS eles descrevem várias, dentre elas, as mais citadas: interpretar corretamente; mostrar tudo o que se passa

no ambiente para os surdos; ajudar os surdos a se comunicar com os ouvintes, assim como os ouvintes com os surdos; incluir o aluno em sala de aula e mostrar que não devemos ter nenhum tipo de preconceito; estar atualizado com o conteúdo ao qual o aluno está exposto e ser leal na interpretação.

O que dizem os TILS com formação

Ao entrevistar os TILS, tornou-se mais fácil fazer um comparativo das respostas obtidas dos colegas e professoras e o que elas aprenderam durante a formação.

Sendo questionadas sobre o que aprenderam ser sua responsabilidade e seu papel dentro da sala de aula as respostas estavam de acordo com as representações emitidas nas entrevistas. Além disso, todas se mostraram em constante busca de aperfeiçoamento, visto o progresso que os surdos estão tendo na educação.

Quando perguntamos se o curso de formação que freqüentaram abrangeu tudo o que necessitam, também foram unânimes em dizer que o curso contempla muita coisa, mas não é o suficiente, sendo necessário buscar mais informações e conselhos com os próprios surdos. Duas delas salientaram a falta de prática com as versões para a língua oral e que precisaram buscar por si próprias o aprimoramento desta modalidade.

Dentre as três TILS, duas já atuavam antes do curso, mas por pouco tempo e relatam que o curso ajudou-as a melhorar a qualidade das interpretações através das técnicas de interpretação e também do conhecimento do código de ética. Uma delas menciona

“O curso acrescentou tudo, pois até começar o curso não tinha claro quais as diferenças entre as línguas que trabalhava, quais eram as minhas responsabilidades em sala de aula e com a instituição, como fazer com que todos respeitassem minha profissão, dentre milhões de coisas. (Excerto Entrevista TILS A)

Algumas considerações

Segundo Quadros (2004), o TILS desempenha vários papéis, respeitando alguns preceitos éticos, como segue

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);

- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

Ao comparar alguns preceitos éticos acima com as atividades desenvolvidas pelos intérpretes empíricos, há muitas diferenças entre eles, como se em alguns momentos os preceitos fossem feridos. Obviamente isso se deve ao fato de os desconhecem por não ter passado por um curso de formação. Quanto às representações ouvintes sobre os TILS, acontece o contrário, como se tivessem mais cuidado ao desempenhar seus papéis, respeitando o código de ética do intérprete. Sabemos que postura frente ao trabalho desenvolvido vai muito além dos cursos de formação, mas sem dúvida os cursos colaboram para que os intérpretes tenham conhecimento do seu papel e responsabilidades.

Apesar da existência do Exame de Certificação do ProLibras, ele está muito aquém de determinar quais as pessoas estão aptas ou não a atuar como TILS nos diversos espaços educacionais. Se quisermos que os surdos tenham cada vez mais acesso à educação e espaço na nossa sociedade, precisamos de uma certificação que padronize realmente a atuação deste *velho-novo* profissional.

Referências Bibliográficas

BRASIL, decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta lei nº 10.436 sobre Língua Brasileira de Sinais**. Brasília, Legislação Federal.

PEREIRA, M. C. P.; FRONZA, C. A.. **Estudo sobre a proficiência lingüística do intérprete de Libras**. In: XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2007, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL), 2007. v. XI. p. 82-93.

PERLIN, G. **A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais**, ETD - Educação temática digital, Campinas, v.7, n.2, jun/p. 135-146, 2006.

QUADROS, R.M. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004.